

# **ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EDUCADOR: EDUCAÇÃO SEXUAL NA BIBLIOTECA ESCOLAR**

**Raquel Pacheco**

Bacharel em Biblioteconomia – UFSC. Especialista em Gestão de Bibliotecas – UDESC. Bibliotecária da Biblioteca Escolar Monteiro Lobato da Escola Desdobrada Retiro da Lagoa pertencente à rede municipal de educação – Prefeitura Municipal de Florianópolis

**Resumo:** Busca conhecer como a educação sexual tem se apresentado nas bibliotecas escolares, através das posturas identificadas na atuação do bibliotecário escolar. Para empreender esse estudo torna-se necessária uma elucidação concernente aos conceitos sobre sexualidade, sexo, educação sexual e orientação sexual, para então relacionarmos a atuação dos bibliotecários diante de questões de referência por alunos do Ensino Fundamental acerca de sexo e sexualidade nas unidades de informação da Prefeitura Municipal da cidade de Florianópolis. Assim objetivou-se analisar a postura do bibliotecário educador frente às solicitações de informações sobre sexo pelos usuários alunos das séries iniciais. Utilizamos como recurso metodológico, questionário estruturado, que procurou perceber o perfil de atuação dos bibliotecários educadores da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Este estudo abalizou a necessidade do desenvolvimento de técnicas que auxiliem o bibliotecário atuante em ambiente escolar a definir sua ação perante a educação sexual na biblioteca, além de saber lidar com suas limitações, no que tange ao tema, de forma menos constrangedora possível.

**Palavras-Chave:** Bibliotecário escolar-educação sexual. Bibliotecário educador. Biblioteca escolar.

## **WORK OF THE SCHOOL LIBRARIAN: LIBRARIAN EDUCATING SEXUALITY IN THE LIBRARY**

**Abstract:** Search to know the sexual education presents in the educating librarian. For enterprise this work made necessary a concerning elucidation about the concepts for sexuality, sex, sexual education and sexual orientation, for so related the actuation of the librarians with the students looking for knew about sexuality and sex. So objected to analyze the attitude of the school librarian faces when the requests of information about sex for the students from the beginning class municipality, where was identify, through of the questionnaire, the action profile of the school librarians from the Florianópolis City Hall. This work confirmed the necessity of developed techniques to help the educating librarian in school to resolved your action in front sexual education in the librarian, to know learned with yours limitations in the subject on the best way.

**Key-word:** school librarian-sexual education. Librarian educating. Sexuality in the library.

## **INTRODUÇÃO**

Trata da análise das posturas dos bibliotecários educadores frente às solicitações de informações sobre sexo e sexualidade, pelos usuários alunos, das séries iniciais da Rede Pública de Ensino do Município de Florianópolis.

O cerne da discussão envolve o estudo do comportamento desses bibliotecários no processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito à educação/ “orientação sexual”<sup>1</sup> dos alunos freqüentes nas séries iniciais, isto é, de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

Entende-se que a Biblioteca Escolar é o espaço de trabalho em que o bibliotecário escolar deve atuar, visando à interação de alunos e de professores além de facilitar o acesso à informação para o processo ensino-aprendizagem, uma vez que estamos vivendo momentos de constantes transições não somente nos setores tecnológicos, bem como no que se refere a normas e padrões sociais. Essas novas formas nos levam à reflexão sobre o tipo de profissionais que somos e seremos para atuar junto aos nossos usuários-alunos, nossos educandos.

Como agir quando somos indagados por usuários infantis sobre sexo? Como o bibliotecário educador deve abordar essa questão? Dedicando-se ao tema, capacitando-se, lendo, discutindo, será que desta forma o profissional conseguirá aventar este assunto com naturalidade e sem constrangimentos?

As indagações aqui apresentadas confirmam a necessidade da busca, pelos bibliotecários, de subsídios que auxiliem com mais clareza as questões referentes à sexualidade infantil. Pois, o profissional bibliotecário, em especial o bibliotecário escolar, tem entre suas funções primordiais a de educar. (SALGADO; BECKER, 1998).

Warren (2005), em seu artigo intitulado “A escola e a sexualidade”, afirma que, com raríssimas exceções, o corpo docente de muitas escolas não está devidamente preparado para lidar com a temática Educação Sexual e que em nossa sociedade são formadas pessoas com especializações em quase todas as áreas do conhecimento. São tantas as subpartições do conhecimento quanto as dúvidas sobre a sexualidade. Isto porque não nos damos conta de que somos em grande maioria, seres sexuais, seres sexualizados.

Sendo assim, o bibliotecário educador igualmente faz parte dessa gama de subpartições do conhecimento, “sem conhecimento” para lidar com o público infantil em suas “incursões sexuais” na biblioteca. Essa constatação nos leva a novas indagações: Qual seria o verdadeiro papel, enquanto bibliotecário, perante a educação sexual? Como o bibliotecário pode estruturar suas ações neste plano para a transmissão das informações a fim de não gerar choques culturais e/ou provocar constrangimentos familiares? Estamos diante de um impasse? Como lidar com a tarefa de orientação dos profissionais bibliotecários e o confronto com as

---

<sup>1</sup> O termo “orientação sexual” apresenta-se, neste Artigo, entre aspas, uma vez que no contexto apresentado, refere-se ao trabalho de discussão da sexualidade na Escola, ou seja, um sinônimo de Educação Sexual. Entretanto, segundo FURLANI (2003, p.154), orientação sexual pode ser entendida como o direcionamento sexual e efetivo das pessoas, que compreende a heterossexualidade, a homossexualidade ou a bissexualidade.

diferentes culturas, opiniões e valores da família? A verdade é: não sabemos como pais, mães ou responsáveis se posicionam diante da situação nos próprios lares.

Nas últimas décadas, a sexualidade foi muito propagada. Várias hipóteses e estudos foram realizados e o tema conquistou um espaço extraordinário na mídia. Entretanto, não sabemos como agir e não nos sentimos à vontade quando somos interpelados por nossos usuários-alunos em suas curiosidades. Situações consideradas constrangedoras, como quando nos deparamos com meninos e meninas, na mais tenra idade, lendo livros sobre sexo às escondidas, atrás das estantes, também tem colocado educadores ora em estado de inércia, ora em estado de reflexão.

É consenso que não se trata de novidade quando se pensa a questão da sexualidade na escola. Segundo Guimarães (2002, p. 23) “[...] a sexualidade foi sempre objeto de interesse e reflexão do homem, que cada vez mais quis adentrar os significados diversos e profundos de sua natureza sexual”.

A preocupação primordial neste estudo foi diagnosticar e analisar a possível postura do bibliotecário educador diante de questões de referência por alunos do Ensino Fundamental acerca de sexo e sexualidade nas unidades de informação da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Para isso pretendeu-se traçar o perfil de atuação dos mesmos e conhecer quais os questionamentos mais frequentes relacionados ao tema, tomando como ponto de referência os próprios bibliotecários educadores da PMF que atuam com crianças das séries iniciais, ou seja, da primeira à quarta série do Ensino Fundamental.

Levando-se em conta a necessidade de verbalizar as dúvidas apresentadas por bibliotecários em relação a sua postura diante das solicitações de informações sobre sexo/sexualidade pelos usuários alunos de séries iniciais, houve a necessidade de um trabalho mais aprofundado sobre o assunto.

Nem sempre é possível fechar os olhos e ouvidos para a sexualidade quando, de uma forma ou de outra, começa surgir. O fato é que quando falamos em educação sexual, somos desafiados a ir ao encontro de preconceitos nossos e de muitas pessoas.

O estudo sobre a postura dos bibliotecários educadores da PMF diante das indagações sobre sexo/sexualidade pelos usuários alunos permitiu identificar fatores importantes referentes às atitudes desses profissionais frente à temática. Desta maneira, entendemos que a análise da postura do bibliotecário educador fornece subsídios para ações futuras perante a educação sexual.

Enfim, implica em conhecer e compartilhar novas configurações de interação entre bibliotecário e aluno.

### 1.1.1 A Idade da Infância

A LEI Nº. 8.069, conhecida como ECA<sup>2</sup>, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e considera criança a pessoa até doze anos de idade incompleto e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

A Convenção dos Direitos da Criança<sup>3</sup>, em seu Artigo 1º, considera como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

Pinto e Sarmiento (1997, p. 35) alertam para o problema da demarcação etária da infância, ressaltando que:

[...] o problema dos limites etários da infância adensa-se quando se preocupa estabelecer a idade a partir da qual se deixa de ser criança. [...] outros contextos sociais também estabelecem, porém, outros limites.[...] a entrada na puberdade é, em algumas comunidades, etnias e culturas, consideradas como o fim da infância e o início da adultez, com a conseqüente entrada num universo novo de direitos e deveres, como, por exemplo, o poder de constituir família [...].

Nunes e Silva (2000) asseveram ainda estarmos re-significando nosso entendimento a respeito da criança. Por isso a importância de ter consciência do poder, que temos nós adultos, de imprimir um sentido de desenvolvimento e aperfeiçoamento em nossa relação com a mesma, valorizando-a e respeitando-a.

Pode-se exercer e praticar todas as considerações feitas tanto no Estatuto da Criança e o Adolescente como na Convenção dos Direitos da Criança, não importando a faixa etária que queiramos estabelecer, uma vez que somos os “adultos” transmissores dos valores, inclusive com relação à sexualidade, por assim dizer. Porém, ensinar a criança a respeito da vida no “mundo real” não é tarefa fácil e torna-se particularmente mais difícil quando tentamos conversar com as mesmas a respeito de assuntos delicados, como sexo e sexualidade. (SCHAEFER, 1991).

Sobre a sexualidade infantil pesquisou-se em vários estudos de diversos especialistas, mestre, doutor e Ph.D. em educação e educação sexual.

---

<sup>2</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente

<sup>3</sup> A Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança – Carta Magna para as crianças de todo o mundo – em 20 de novembro de 1989, e, no ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional. É o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 192 países. Somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália - que sinalizaram sua intenção de ratificar a Convenção ao assinar formalmente o documento.

Na homilia dos autores percebe-se que a infância é tratada como um espaço de descobertas e necessidades. Que “a criança é um ser em criação, um ser que começou seu desenvolvimento, e não um ser já completo ou acabado do qual possam e devam ser exigidas compleições de suposta perfeição”. (NUNES; SILVA, 2000, p. 11). Porquanto as manifestações de sexualidade afloram em todos os espaços, ou seja, em todas as idades. Não podemos reprimi-las e/ou ignorá-las.

Para melhor compreensão da abordagem feita nesta pesquisa se faz necessário algumas considerações sobre as diferenças entre sexo e sexualidade, educação sexual e “orientação sexual”.

### 1.1.2 Sexo x Sexualidade

A sexualidade vem sendo bastante estudada nos últimos tempos, inclusive como subsídios da ação pedagógica.

Como este tema é muito vasto e profundo para que nos ocupemos aqui, limitar-se-á o prólogo destacando apenas algumas considerações sobre o assunto. Já que o escopo desta pesquisa é o de analisar a postura do bibliotecário educador frente às solicitações de informações sobre sexo pelos usuários alunos das séries iniciais da Rede. O tema “sexualidade”, segundo Cabral (1995) tem aparecido com muita freqüência em distintos meios de comunicação, ora na forma de debate, ora de entrevista, em reportagens diversas e programas de partidos políticos. A autora observa também que um ponto comum desta discussão tem apontado a escola como “saída” através da educação sexual.

Para melhor entendimento, gostaríamos de diferenciar o conceito de “sexo” e “sexualidade” à luz de alguns teóricos e especialistas.

**Sexo** é relativo ao fato natural, hereditário, biológico, da diferença física entre o homem e a mulher e da atração de um pelo outro para a reprodução. No mundo moderno o significado dominante do termo passa a ser *fazer sexo*, referindo-se às relações físicas para o prazer sexual. No senso comum sexo é “relação sexual”, “orgasmo”, “órgãos genitais”, “pênis”. **Sexualidade** é um termo também do século XIX, que surgiu alargando o conceito de sexo, pois incorpora a reflexão e o discurso sobre o sentido e a intencionalidade do sexo. É um substantivo abstrato que se refere ao “ser sexual”. Comumente é entendido como “vida”, “amor”, “relacionamento”, “sensualidade”, “erotismo”, “prazer”. (GUIMARÃES, 2002, p. 23-24, grifo nosso)

Na definição de Nunes e Silva (1997) é possível entender sexo como a marca biológica, a caracterização genital natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da

espécie humana enquanto animal. Já a sexualidade é um conceito cultural, constituído pela qualidade, pela significação do sexo.

Não podemos mais ter a visão reducionista da sexualidade enquanto ato sexual ou união dos órgãos genitais, que se caracteriza por uma situação biológica do homem e da mulher enquanto espécie animal. Uma união sexual genital pode acontecer por vários motivos, prazer, atração, desejo, como pode ser também uma manifestação de poder, violência e opressão de uma ou mais pessoas sobre outrem.

Diversos autores de diferentes linhas teóricas são unânimes em afirmar que sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais, ou seja, a palavra sexo também é usada para se referir aos órgãos sexuais. Assim, entende-se que sexo é sinônimo de genitália, usado na determinação do gênero masculino e do gênero feminino, isto é, distingue a fêmea do macho, enquanto que a sexualidade é conceituada de forma mais ampla, cultural.

Nunes e Silva (1997, 2000) definem a sexualidade como uma manifestação ontológica da condição humana, isto é, a sexualidade faz parte da própria constituição inerente a cada um dos seres humanos. É algo natural, é uma função como tantas outras. Desejo, possibilidades, impossibilidades, limites e necessidades são configurações desta realidade.

Ribeiro (2000), quanto às concepções de sexualidade, adverte que podem variar de acordo com a sociedade, a história, o grupo social e as diversas ciências humanas que se relacionam ao ramo que a estuda.

A sexualidade constitui-se historicamente e culturalmente nas relações e contextos. A humanidade foi elaborando, histórica e culturalmente, um conjunto de posturas em torno do sexo, que acabaram, de acordo com Guimarães (2002), criando tantas regras e exigências, tornando a atividade sexual em algo proibido, um tabu.

Sem pretender historiar o ‘homem’, pontuar-se-á aqui e ali algumas informações sobre sua história para podermos compreendê-la.

[...] na Antiguidade, tanto grega quanto romana, as divindades já eram, em sua maioria, de elementos masculinos, e o homem-não escravo era considerado um ser superior. Seu lugar era na política, na filosofia e na administração, enfim na atividade pública. À mulher era reservada a condição de esposa, mãe, vista como ser passivo, inferior e restrito ao âmbito do privado. [...] durante a Idade Média, com o aval da Igreja, o homem era o senhor proprietário de terras, de animais, de instrumentos agrícolas, de servos, de esposa e de filhos. À mulher, neste caso, cumpria a função que lhe era reservada: a de servir o seu senhor e a de garantir educação à descendência. Contudo o ideal humano era o celibato. [...] a Idade Moderna apresenta-se com profundas mudanças, sobretudo no modo de produção e no princípio da Razão do Homem, que colocam em xeque toda a supremacia da Igreja apontando o conhecimento científico como critério de verdade. Todavia, é

nesse período que se produz a moral burguesa, onde o homem é o cavalheiro, o protetor, o mantenedor e a mulher é a rainha do lar, a protegida, a dócil, a meiga e submissa, como se fossem legados naturais da espécie humana. (CABRAL, 1995, p. 18).

Percebe-se que “os fenômenos e fatos de natureza moral e social relativos à sexualidade, ao comportamento sexual e à repressão sexual são antigos, acontecendo na vida cotidiana desde os primórdios da civilização humana [...]” (RIBEIRO, 2002, p. 9).

Entretanto Sayão (1997) adverte que pouco se sabe sobre a história da “entrada” da sexualidade na escola. Algumas pesquisas apontam que foi na França, a partir da segunda metade do século XVIII, quando a educação sexual começou a preocupar os educadores(as), coincidindo com o desenvolvimento de noções relativas à repressão das manifestações da sexualidade infantil.

[...] as práticas sociais de controle, proibição e permissão do sexo são antiguíssimas, porém o estudo de seu sentido, de suas causas, de suas variações no tempo e no espaço é um estudo recente, não sendo casual que os dicionários registrem como tardio o surgimento da palavra sexualidade, momento em que o termo sexo passa a ter um sentido muito ampliado, especialmente quando os estudiosos passaram a distinguir e diferenciar entre necessidade (física, biológica), prazer (físico, psíquico) e desejo (imaginação, simbolização) (RIBEIRO, 2002, p. 9).

Para Furlani (2003, p. 14) “a sexualidade pode ser vista como constituída e constituinte de relações sociais [...]”. É bom lembrar ainda, que a sexualidade é construída pelos homens e pelas mulheres e seus relacionamentos, numa história que lhe dá valor, atribui sentido, regulamenta as relações afetivas, amorosas e sexuais. O que hoje parece claro, definitivo, amanhã poderá receber novas conotações ou até mesmo deixar de existir.

Diante das considerações acima, pode-se afirmar que sexualidade é a maneira como expressamos nossos desejos. Não se reduz unicamente à prática sexual, às áreas genitais e ao sexo propriamente dito e sim a um estado interior que impulsiona o ser humano para a vida, estabelecendo relações afetivas com as pessoas, estando presente desde nosso nascimento nos acompanhando por toda a vida.

### 1.1.3 Educação Sexual x Orientação Sexual

“O primeiro ato de educação sexual reside em aceitar plenamente a condição sexual” (ORTH, 1972, p. 21). Cabe salientar que o “ato de educar” não se resume somente aos livros e à escola, mas a fatores essenciais como o afeto, cuidado e contato humano. (VIDAL, 2005).

Através das experiências e informações sobre sexo, cada um de nós está inserido, mesmo sem perceber, num processo informal de educação sexual.

A educação sexual, no discurso de Sayão (1997, p. 112) informa-nos que:

[...] ocorre, na verdade, desde o nascimento. É predominantemente no território familiar, da intimidade, que são transmitidas à criança as primeiras noções e valores associados à sexualidade, em geral não explicitamente. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de recomendações, nas expressões, nos gestos e proibições que estabelecem, tudo isso transmite os valores que a criança incorpora. O fato de a família possuir valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença ou não, e a forma como o faz determina em grande parte a educação das crianças.

Com base nestas informações pode-se afirmar então, que a criança é educada pelo seu ambiente desde o nascimento e aprende melhor quando é ensinada por aquele com quem tem vínculos afetivos. No entanto, vínculos afetivos são estabelecidos por diferentes adultos com os quais a criança tem contato ao longo da vida, tais como pai, mãe, professor, bibliotecário.

Autores como Sayão, Nunes, Silva (1997) e Cabral (1995) são peremptórios quando advertem que as crianças também sofrem influências de muitas outras fontes: de livros, da escola, de pessoas que não pertencem a sua família e, principalmente, nos dias de hoje, da mídia, pois estamos vivendo numa época de excesso de estímulo sexual através dos meios de comunicação social que incentivam ao sexo.

Essas fontes atuam de maneira decisiva na formação sexual das crianças, jovens e adultos. A Televisão veicula propaganda, filmes e novelas intensamente erotizados. Isso gera excitação e um incremento na ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais da criança. Há programas jornalístico-científicos e campanhas de prevenção à AIDS que enfocam a sexualidade, veiculando informações dirigidas a um público adulto. As crianças também os assistem, mas não podem compreender por completo o significado dessas imagens e muitas vezes constroem conceitos e explicações errôneas e fantasiosas sobre sexualidade.

Para Furlani (2003, p. 14) quando se refere à contemporaneidade:

[...] a gradativa influência da mídia tem acelerado mudanças no comportamento sexual, refletindo no conjunto dos valores sociais, nas variações lingüísticas, nas manifestações artístico-culturais, nos fetiches da moda, na construção das noções de masculino e feminino, nas formas de relacionamento entre os indivíduos, nas idéias acerca do público e do privado, no papel de homem e mulheres na sociedade, no impulso das descobertas científicas, entre outros aspectos.

Todos esses fatores muitas vezes são interiorizados pelas crianças como uma ameaça, resultando em diversos comportamentos, porém “a sexualidade infantil nada tem que ver com



a sexualidade do adulto, e sexo na criança não traz as implicações, desejos ou tendências existentes no adulto” (MIELNIK, 1980, p. 47).

As crianças, conforme Nunes e Silva (1997) devem receber educação sexual quando demonstrarem algum interesse. Nós, profissionais educadores(as), devemos compreender que a sexualidade deve ser entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento do ser humano.

De acordo com Ribeiro (2002), as concepções de educação sexual nos dias de hoje variam, podendo assim citar alguns exemplos:

- médico-higienista: reduzida a genitalidade e à problemas de saúde pública, ou como evitar doenças sexualmente transmissíveis;
- a religiosa moralista onde a sexualidade é reprimida prevalecendo os valores burgueses da moral e dos bons costumes;
- a agropecuária onde há uma comparação com os animais no que se refere à reprodução.

Furlani (2005, p.202) em sua Tese de Doutorado, apresenta uma classificação do que chama os “cenários atuais da Educação Sexual” e aponta para oito (08) modelos pedagógicos da discussão da sexualidade, na educação formal e informal. Segundo a autora, podemos encontrar, nos discursos e nos enunciados sociais, as abordagens: Biológica e higienista; Moral-tradicionista; Terapêutica; Religiosa radical; dos Direitos Humanos; dos Direitos Sexuais; Emancipatória e, por fim, a abordagem *Queer*.

A “orientação sexual”, aludida por Sayão (1997), é similar ao modelo pedagógico, que trabalha a partir da problematização das questões trazidas pelos alunos. Trata-se, no entanto, de um processo de intervenção planejado, intencional e sistemático, que inclui o esclarecimento das dúvidas e questionamento, re-significação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança. Segundo este entendimento, é muito importante que a “orientação sexual” seja adequada à faixa etária da criança, isto é, as suas necessidades e capacidades cognitivas particulares. A exemplo do já mencionado, a criança deveria receber educação sexual quando demonstrasse interesse.

Mielnik (1980) considera a “orientação sexual”, os esclarecimentos, noções e orientações dadas deliberadamente, intencionalmente à criança por outras pessoas, além do pai e da mãe. Ou seja, dada por médicos, assistentes sociais, orientadores sexuais, professores e como não podemos deixar de mencionar pelos bibliotecários e bibliotecárias que trabalham em bibliotecas freqüentadas por crianças, especificamente as escolares no caso desta pesquisa.

A educação sexual na escola brasileira, principalmente nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, tem sido bastante polêmica. Segundo Camargo e Ribeiro (1999), muitos consideram, ainda hoje, a abordagem de questões sexuais, na escola, como algo não-sadio, que poderia incitar precocemente a sexualidade da criança. E continua: já “para outros, a discussão orientada de temas relacionados à sexualidade proporcionaria [...] o conhecimento da importância da vida sexual bem mais cedo e com maior profundidade”.

Entretanto Nunes e Silva (2000) acreditam que uma abordagem sexual requer o reconhecimento das possibilidades e os limites da apresentação da sexualidade na instituição-escola. Ou seja, ter a certeza de que não será esgotada a reflexão sobre sexualidade numa apresentação informativa e meramente didática.

Trabalhar com a sexualidade, ainda conforme Nunes e Silva (2000) vai muito mais além, trata-se de ter a nitidez de que a sexualidade é uma dimensão humana fundamentalmente constituída a partir das relações que empreendemos com o mundo natural e a cultura, desde suas matrizes institucionais presentes na família e em todas as expressões da sociedade.

Suplicy (1995) relata-nos que:

A principal influência recebida desde a infância é a atitude dos pais frente à sexualidade [...]. Perguntas respondidas ou ignoradas, atos de carinho ou de rejeição do pai ou da mãe entre si ou para com os filhos, atitudes, gestos ou palavras diante da sexualidade são os elementos com que a criança conta para elaborar sua vida sexual. Uma família que não demonstra afeto, que não se toca, que não dá atenção às inquietações da criança, que reage agressivamente a toda cena sensual que apareça na TV, está ensinando que sexo é feio, sujo e proibido. Já uma família que trate a sexualidade de forma mais positiva, transmitirá esse valor aos filhos.[...] através da relação com os pais, o ser humano adquire a capacidade amorosa e erótica que amadurecerá no decorrer da vida. [...] o contato cotidiano da criança com os pais, o processo de socialização que se segue, a influência da mídia e dos grupos sociais faz parte da educação sexual (SUPLICY *et al.* 1995, p. 7).

Segundo o entendimento de alguns profissionais, a educação sexual, seria um processo de vida, que permite ao indivíduo se modificar, se reciclar, e só finda com a morte. A “orientação sexual” seria um processo formal e sistematizado que se propõe a preencher as lacunas de informação, erradicando tabus e preconceitos, provocando discussão sobre as emoções e os valores, propiciando uma visão mais aberta acerca da sexualidade, auxiliando a criança a escolhas motivadas por amor e respeito a outro. Livre de preconceitos, vergonhas e culpas. (SUPLICY *et al.*, 1995).

A “orientação sexual” na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica objetivando transmitir informações relacionadas à sexualidade, enfocando várias

as dimensões, sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. (BRASIL, 1997), e ainda respeitando posturas, crenças, tabus e valores de cada um. A sexualidade faz parte do nosso dia-a-dia. Se estiver bem resolvida, permite-nos amar e respeitar o nosso semelhante.

Diante do exposto, é perceptível a urgente necessidade de que nos tornemos educadores(as) preparados para esclarecer as dúvidas de nossas crianças.

“As crianças perguntam sempre. Algumas perguntas ultrapassam até a capacidade lógica dos perguntados, pois provêm do mundo de fantasias em que vive a criança [...]” (ORTH, 1972, p. 28).

Como diz Ribeiro (2002, p. 15);

Os professores e demais profissionais que lidam com crianças [...] têm um papel fundamental no processo de aquisição de conhecimentos e valores por parte de seus alunos, o que implica numa necessidade de também estes educadores terem um espaço onde possam se formar como orientadores conscientes e capazes de indicarem caminhos e escolhas que tornem a vida do indivíduo menos traumática, com menos culpa e ansiedade, com menos preconceitos e desinformação.

Quando Ribeiro se refere aos ‘profissionais que lidam com crianças’, peremptoriamente está incluindo neste patamar os bibliotecários e as bibliotecárias escolares.

Autores como, Gherpelli (1996), Guirado (1997) e Nunes e Silva (1997), chamam a atenção quanto à necessidade da criação de mecanismos para orientar melhor a equipe de trabalho que trata sobre sexualidade. Bem como, esperam que os educadores, professores, bibliotecários escolares, pais e mães compreendam que todo o processo de educação familiar e social já traz em si uma determinada educação sexual da criança, com seus valores e concepções pré-definidas e que os pais e as mães são os principais educadores de seus filhos e suas filhas.

Estudos afirmam que na infância muitos de nós tivemos uma educação sexual confusa, uma vez que a sexualidade sempre foi tratada como um tabu, assunto proibido e constrangedor. Em consequência a isto, recebemos poucas informações e desenvolvemos assim pouca intimidade com estas questões e até com o próprio corpo. Porém, hoje em dia a sexualidade tem estado presente em quase todos os lugares por onde passamos, e até mesmo dentro de casa através dos meios de comunicação.

Dessa forma, os educadores que evitam abordar a discussão sobre a sexualidade infantil, que não buscam informações para seu aperfeiçoamento e que nada desenvolvem para adquirir uma habilidade didática para trabalhar o assunto, seja por total desinformação, seja por não saber lidar com sua própria sexualidade; ou seja, porque têm medo das reações de

censura dos responsáveis quanto aos conteúdos, estão radicados na omissão e na irresponsabilidade, pois segundo Nunes e Silva (1997), o descurar da sexualidade significa abdicar da educação integral da criança.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) são inequívocos quando aconselham a compreensão da abordagem proposta no trabalho de “orientação sexual”, os educadores, e neste contexto incluímos o bibliotecário escolar, devem ter em mente, que a abordagem sobre corpo deve ir além das informações sobre sua anatomia e funcionamento. Afirmam ainda que atualmente, os pais e as mães reivindicam a “orientação sexual” nas escolas, pois admitem a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa com seus filhos.

Nunes e Silva (2000) são categóricos em afirmar que muitos adultos reconhecem sua inabilidade em enfrentar tais situações, mas tal reconhecimento, ainda que meritório, se não for acompanhado por uma atitude de superá-lo de nada adiantará.

Deve-se ter a percepção de que alunos chegam à biblioteca trazendo suas experiências e vivências e a partir delas se faz necessário oferecer uma base científica e construir perspectivas de transformação social, buscando uma nova ética onde prevaleça a igualdade de conhecimentos, liberdade e uma vida mais prazerosa. Mas para tanto se torna imprescindível que nós, bibliotecários busquemos informações e conhecimentos específicos para nosso aperfeiçoamento e aquisição de habilidades didáticas referentes ao assunto.

Nunes e Silva (2000) partem da idéia básica de que se quisermos ousar em pleitear o papel de educadores não podemos, em hipótese alguma, reduzir a “sexualidade” a um campo distante, discursivo e formal.

Esclarecidas essas expressões, busca-se a compreensão sobre a biblioteca escolar e o profissional bibliotecário, ambos com a função primordial de formar cidadãos, desempenhando um importante papel na educação da população.

O Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA<sup>4</sup>/UNESCO<sup>5</sup> esclarece que o mesmo deve ser um profissional qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve estar apoiado por equipe adequada, trabalhando em conjunto com todos os membros da comunidade escolar.

Em contextos específicos, existem áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e **ensino**. Tornando-se

---

<sup>4</sup>O Manifesto foi preparado pela Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias e aprovado pela UNESCO em sua Conferência Geral de novembro de 1999.

<sup>5</sup>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

competentes no planejamento e na instrução das diferentes habilidades para o manuseio de novas ferramentas de informação. Por conseguinte, devem obter contínuo treinamento e desenvolvimento profissional.

Sob essa perspectiva Hannesdóttir (1995) escreve que o bibliotecário escolar deve manter-se atualizado com o desenvolvimento em áreas que lhe dizem respeito e ao seu local de trabalho, isto é, a biblioteca. As mudanças tecnológicas favorecem a disponibilização de várias informações, que se tornam preciosas para os bibliotecários escolares melhorarem o desempenho das suas funções e novos papéis como especialistas de informação na escola, uma vez que estamos vivendo um daqueles momentos singulares da história em que grandes transformações ocorrem, levando embora antigas crenças e trazendo novos valores. (CAVALCANTI; GOMES; PEREIRA, 2001).

Segundo Furlani (2003) nos últimos anos de nossa história aconteceram inúmeras transformações sociais que alteraram os mecanismos de compreensão e vivência da sexualidade humana. A mesma autora propõe “uma educação sexual e um processo de formação de educadores que considere sempre a análise social, cultural e política.” (FURLANI, 2003, p. 14).

Para Salgado e Becker (1998) o bibliotecário tem entre suas funções primordiais a de educar. Além de disponibilizar a informação de maneira rápida e prática à comunidade escolar (CORRÊA et al. 2002). Tavares (1973 apud CORRÊA et al., 2002) confirma o argumento de que o bibliotecário deve fornecer a informação célere, encontrar o material adequado, enfim, ir de encontro ao que o aluno precisa e deseja. Destarte, as crianças devem receber informações e materiais adequados, também sobre sexo e/ou sexualidade, quando desejarem ou necessitarem. Entretanto, o papel dos bibliotecários escolares com os alunos deve ser parcialmente orientado através dos professores, escreve Hannesdóttir (1995).

Dentre a literatura que compartilha esta visão encontram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001). A obra “Apresentação dos Temas Transversais e Ética” afirma que a relação professor-aluno tem fundamental importância. Quando fala aos alunos, o professor deve mostrar-se claro, objetivo. Sua fala não deve ser ambígua, mas o máximo possível transparente.

Assim sendo, como o bibliotecário escolar também é um educador e sua relação com seu usuário-criança é muito importante. Deve ser claro e objetivo quando este fala às crianças. Sua fala não deve ser confusa, mas o mais transparente possível.

Portanto, a informação a ser disponibilizada à criança, tanto pelo professor como pelo bibliotecário, deverá respeitar as diferentes formas de expressão cultural, seus aspectos sócio-

econômicos, seu desenvolvimento físico, emocional, sua capacidade de aprendizagem e seus reais interesses.

Neste sentido e sobre a educação sexual, deve-se então buscar cada vez mais conhecimentos principalmente sobre esta temática, por se tratar de uma questão bastante atual e presente no cotidiano de todos os profissionais da educação no intuito de descobrirmos a postura a ser adotada, dentro das bibliotecas, em face das manifestações da sexualidade das crianças, nossa relação social com o mundo, delineando assim novas formas de ser, pensar, fazer, interagir, comunicar e produzir.

## **2 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Para entender melhor a postura dos bibliotecários da Rede com respeito às solicitações de informações sobre sexo e sexualidade, além de traçar o perfil de atuação destes, procurou-se conhecer suas dificuldades relacionadas ao tema, a fim de provocar uma reflexão e tentar compreender as razões pelas quais os bibliotecários constroem-se frente a essas solicitações pelos usuários e alunos das séries iniciais.

Os resultados desta pesquisa refletem respostas de 24 bibliotecários. O motivo da amostra se constituir com os bibliotecários da Rede Pública de Ensino do Município de Florianópolis como dados para a pesquisa, surge pelo fato de que além de fazermos parte integrante do grupo de bibliotecários escolares da Rede, também enfrentamos estes desafios na nossa prática cotidiana.

O questionário, cuja taxa de retorno foi de 77,41%, admitiu que mais de uma resposta fosse dada para todas as questões. Alguns dos bibliotecários não responderam integralmente a todas as indagações, o que não permite que todos os índices somem 100%. Observou-se também, que foram dadas algumas respostas não pertinentes e até contraditórias.

Com respeito à indagação “Você se sente à vontade quando é abordado, por seus usuários, com questões sobre sexo/sexualidade?”

Surpreendentemente, 50% dos bibliotecários alegaram que sim. Em diálogos realizados em reuniões periódicas com os bibliotecários que trabalham em bibliotecas escolares da Rede, percebia-se que muitos não se sentiam à vontade e ficavam constrangidos em tratar sobre este tema com as crianças. Este resultado sugere a ausência de noção e conhecimento sobre “educação sexual infantil”.

Alguns bibliotecários responderam que se o questionamento fosse referente a conteúdos ministrados em sala de aula, tais como as partes do aparelho reprodutor, não

sentiam qualquer acanhamento, mas se fosse relacionado à gravidez, relação sexual, sim, que se sentiam constrangidos.

A questão relacionada à dificuldade que o bibliotecário encontra quando precisa abordar este tema e como não poderia deixar de ser, a afirmação de 46% ratifica as observações concernentes à primeira questão. Alguns bibliotecários assinalaram mais de uma resposta, sendo a “falta de preparo”, a alínea mais citada. Em segundo lugar vem “receio do que o pai, a mãe e/ou responsável, podem pensar”.

Com base nas anotações feitas junto às respostas, foi possível perceber que, de forma geral, os bibliotecários se consideram sem preconceitos em tratar o tema sexualidade com as crianças das séries iniciais. Entretanto, também consideram que os mesmos necessitam preparo para tratar o assunto.

As curiosidades mais frequentes são sobre as partes do aparelho reprodutor. Este resultado talvez seja devido aos trabalhos solicitados pelos professores em sala de aula, o que resulta em pesquisa na biblioteca.

Alguns bibliotecários alegaram não receber qualquer tipo de solicitação referente a este assunto.

Quanto ao comportamento dos usuários de 1ª a 4ª séries, a pesquisa demonstrou que quando necessitam solicitar informações sobre sexo a maioria, isto é, 55% não pedem auxílio ao bibliotecário ou ao professor, vão direto à estante. Somente quando não encontram o que desejam na estante solicitam ao bibliotecário.

Quanto ao acesso à literatura sobre sexualidade, 55% dos bibliotecários afirmaram: qualquer aluno pode emprestar ou consultar as obras sobre sexualidade/sexo. Porém, algumas ressalvas foram anotadas junto à resposta, tais como:

- depende da obra;
- interfiro na escolha, caso considere-a inadequada. Este item merece uma breve reflexão: Quais seriam os critérios para adequação ou inadequação?

As observações demonstraram haver certo preconceito em relação a emprestar e/ou consultar obras sobre este tema e que dependendo de vários fatores o aluno não poderá ler a obra.

No que diz respeito à quantidade de obras referentes à sexualidade 67% responderam que na biblioteca onde atuam o universo de materiais à disposição não é muito diversificado. Algumas respostas demonstraram que referente às crianças das séries iniciais o número de obras é insuficiente para atender a todas as turmas da escola.

Pode-se afirmar que referente à literatura sobre educação/ “orientação sexual” não há um processo de seleção equilibrado.

Na opinião de 49% dos bibliotecários, as obras destinadas aos alunos das séries iniciais são adequadas. Um bibliotecário admitiu desconhecer o acervo, um outro afirmou que havia assumido recentemente e não detinha conhecimento suficiente para redargüir esta questão.

Percebe-se que, mesmo a maioria dos bibliotecários tendo afirmado que as obras são adequadas pode-se inferir que há certo desconhecimento destas e que se é necessária uma análise mais profunda.

Entre os 24 bibliotecários, apenas 2 responderam que já haviam desenvolvido atividades na biblioteca relacionadas à sexualidade. Porém, na parte destinada à explanação das atividades, pode-se observar que as mesmas possuíam caráter investigativo, ou seja, trabalho de pesquisa escolar.

Quanto à realização das atividades em conjunto com o professor, 33% dos que ‘pensaram’ estar realizando atividades voltadas à sexualidade, afirmaram que, sim, que o professor estava presente. Pois uma das premissas da realização de atividades em biblioteca escolar é a de interação professor↔aluno↔bibliotecário.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise de algumas respostas apontou que os bibliotecários, muitas vezes, designam o que acham que as crianças “podem” ou não ler pelo seu julgamento quanto à adequação dos materiais ou não a eles. Essas designações representam as dificuldades encontradas, pelos mesmos no trabalho de educação sexual com os alunos e as alunas da Unidade Escolar onde atua, ou seja, a falta de preparo e o receio que a maioria destes possui em lidar com esta temática.

Este estudo abalizou a necessidade do desenvolvimento de técnicas que auxiliem o bibliotecário atuante em ambiente escolar a definir sua ação perante a educação sexual na biblioteca, além de saber lidar com suas limitações, no que tange ao tema, de forma menos constrangedora possível.

Ao longo da realização da pesquisa foi possível constatar que as informações mais solicitadas pelos alunos foram referentes às partes do corpo humano, mas como já se mencionou, esta demanda poderá ser uma decorrência das solicitações de trabalhos em sala de aula que resultam em pesquisas na biblioteca.



Um dos objetivos desta investigação foi o de analisar a possível postura do bibliotecário inserido neste universo frente á demanda de informações sobre sexo/sexualidade, corroborando a necessidade da criação de mecanismos que viabilizem esta conscientização através da participação em projetos sobre sexualidade na escola. Envolvendo por um lado, profissional consultor em área específica que perceba a necessidade deste trabalho de sensibilização e por outro, os próprios colaboradores atuantes em toda escola, que admitam a necessidade de tais orientações.

É importante frisar que esta pesquisa aponta para diferentes direções de aprofundamento, desafios necessários para a constante superação de obstáculos vivenciados pelos bibliotecários escolares, uma vez que os mesmos devem possuir a clareza de que é parte integrante da equipe pedagógica, bem como compreender que é um agente educador tanto quanto o professor, o diretor, o orientador, entre outros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1980. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2006.

BRASIL. Lei nº 4084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jul. 1986. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/legislacao/leis/LEI%204084-62.asp>>. Acesso em: 24 jun. 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CALDIN, Clarice Fortkamp. O bibliotecário, a criança e a literatura infantil: algumas podenrações. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 6, n. 1, p. 111-128, 2001.

CAMARGO, Ana Maria Facciolo de. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 1999.

CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth; PEREIRA, André. **Gestão de empresas na sociedade do conhecimento: um roteiro para a ação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CONVENÇÃO sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/dir\\_cri.htm](http://www.unicef.org/brazil/dir_cri.htm)>. Acesso em: 27 maio, 2006.

CORRÊA, Elisa et al. Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1/2, p. 107-123, 2002.

FURLANI, Jimena **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. O Bicho vai pegar! – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis [**Tese de Doutorado**], Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela. A educação preventiva em sexualidade na adolescência. **Série Idéias**, São Paulo, n. 29, 1996. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/eds\\_1.php?t=001](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/eds_1.php?t=001)>. Acesso em: 3 set.. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GUIMARAES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

GUIRADO, Marlene. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, J. Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

HANNESDÓTTIR, Sigrún Klara. **Bibliotecários Escolares**: linhas orientadoras para requisitos de competência [S.l]: IFLA, 1995. Disponível em: <[www.dapp.min-edu.pt/rbe](http://www.dapp.min-edu.pt/rbe)>. Acesso em: 3 set. 2005.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Biblioteca escolar e a leitura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 8/9, n. 1, p. 35-45, 2003.

MANIFESTO escolar. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/schoolmanif.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2006

MIELNIK, Isaac. **Educação sexual na escola e no lar**: da infância à adolescência. São Paulo: IBRASA, 1980

NUNES. César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. São Paulo: Autores associados, 2000.

NUNES. César; SILVA, Edna. **Manifestações da sexualidade da criança**. São Paulo: Século, 1997.

ORTH, Edgar. **Educação sexual da criança**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 27 maio, 2006.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.

SALGADO, Denise Mancera; BECKER, Patrícia. O bibliotecário no olhar do público escolar. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 6, set. 1998. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/sumario.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2005.

SARMENTO. Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As Crianças**: contextos e identidades. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1997.

SAYÃO, Iara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. Groppa (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SCHAEFER, Charles E. **Conversando com as crianças**: divórcio, escola, morte, sexo, adoção, fracasso, alcoolismo, crise em família. São Paulo: Habra, 1991.

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

WARKEN, Roberto. A escola e a sexualidade (GLTTB): primeiro e segundo graus. Disponível em: <<http://www.glssite.net/edusex/edusex/escolaesexualidade.html>>. Acesso em: 28 jan. 2005.

Raquel Pacheco  
E-mail: [pachecoraquel@yahoo.com.br](mailto:pachecoraquel@yahoo.com.br)

Recebido: 10/02/2007  
Aprovado: 02/07/2007